

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 17/02 – Sessão deliberativa

Sessão destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 116, de 2022, proveniente da PEC nº 200 de 2016 (PEC 133 de 2015 no Senado), que altera a Constituição Federal para acrescentar § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.

SENADO FEDERAL

Plenário –15 a 17/02 – Sessão deliberativa

A primeira reunião deliberativa do Plenário nesta semana está marcada para as 16h desta terça-feira (14), com quatro itens na pauta. Entre as proposições a serem analisadas, está a PEC 13/2019, que estabelece critérios ambientais para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Também constam na pauta o PL 3.383/2021, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares; o PL 4.412/2021, que institui a Semana Nacional da Empresa Júnior; e PRS 62/2020, que denomina Estúdio Carlos Alberto Pereira o estúdio da TV Senado situado no Salão Azul.

Para a reunião de quarta, estão na pauta dois projetos: PL 1.472/2021 e o PLP 11/2020. O PL 1.472/2021 cria um fundo para estabilizar o preço do petróleo e derivados e estabelece uma nova política de preços internos. Já o PLP 11/2020 determina um valor fixo para a cobrança do ICMS sobre os combustíveis.

Já na pauta de quinta estão o PL 316/2021, que reduz a pena cominada aos crimes contra as relações de consumo e imputa aos fornecedores e prestadores de serviço o ônus da prova de que seus produtos são próprios para consumo e uso; PL 4041/2021, que dispõe sobre a transformação de cargos de Defensores Públicos Federais, para adequação à criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e aos arts. 14, §3º e 19 da Lei Complementar nº 80/94; e PL 2868/2019, que altera a Lei nº 7.85/1989, a fim de dispor sobre a realização de mutirões periódicos, em espaços públicos, para atendimentos terapêuticos multidisciplinares, com ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, a pessoas com deficiência.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 15 a 17/02 – Sessão deliberativa

Em sessão marcada para as 13h55 da próxima terça-feira (15), a Câmara dos Deputados pode votar a PEC que aumenta de 65 para 70 anos a idade máxima para nomeação de juízes e ministros dos tribunais superiores. Aprovada no último dia 9 pela comissão especial, a PEC 32/21 abrange os indicados ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), aos tribunais regionais federais (TRFs), ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), aos tribunais regionais do Trabalho (TRTs) e ao Tribunal de Contas de União (TCU).

Também consta na pauta da semana o PL 5284/2020, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios e os limites de impedimentos ao exercício da advocacia.

Os deputados podem analisar ainda emendas do Senado ao PL 2058/2021, que estabelece medidas sobre o trabalho de gestantes durante a pandemia, prevendo sua volta ao presencial



após imunização. O Projeto muda a Lei 14.151/2021, sobre o afastamento da gestante do trabalho presencial com remuneração integral durante a emergência de saúde pública do novo coronavírus. Outra pauta da bancada feminina é PL 976/2019, que determina o registro, nos sistemas de informações das polícias civil e militar, das medidas protetivas decretadas pelo juiz a favor de mulheres vítimas de violência.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.